

Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro

Ano XI, Nº56 - Março/Abril de 2004

"OLHANDO A PREFEITURA FAZER" MAPEIA PROCESSOS DE SECRETARIAS

Para aprimorar as formas de controle interno público na administração do município do Rio de Janeiro, foram criados no mês de fevereiro seis grupos de trabalho. A ação tem como título Olhando a Prefeitura fazer. Quatro equipes estão encarregadas de mapear processos em secretarias-pólo, uma está trabalhando em soluções que melhorem o sistema de custos e outra está estudando a sistemática de controle e prevenção à realização de despesas.

Regulamentados pela Resolução nº 521, de fevereiro de 2004, o objetivo maior dos grupos é avaliar a efetividade e a eficiência das operações realizadas, a confiabilidade dos relatórios contábeis e financeiros produzidos e o grau de cumprimento da legislação aplicável. Trinta e dois técnicos da Controladoria estão envolvidos nessa tarefa.

As Secretarias Municipais de Fazenda e de Saúde, a Procuradoria Geral do Município, a Cet-Rio (Companhia de Engenharia de Tráfego) e a Comlurb (Companhia Municipal de Limpeza Urbana) são os objetos de análise nesta primeira fase do trabalho. A escolha foi feita a partir das informações fornecidas pela matriz de risco elaborada pela Auditoria Geral - que listou em ordem decrescente as secretarias com probabilidade de chegar ao término da gestão sem ter cumprido sua meta - e por indicação da própria instituição, caso da Procuradoria Geral.



De acordo com a coordenadora do projeto, Solange Rebouças, a proposta do mapeamento é conhecer os órgãos municipais e observar as atividades que trazem implícitos problemas de controle interno. "Historicamente a Auditoria Geral tem observado que os pontos de auditoria não são suficientes para motivar os gestores das secretarias a implementarem medidas de controle a fim de evitar que aquele evento volte a ocorrer. Os grupos foram criados para conhecer os órgãos municipais pelos seus processos e para contribuir por uma gestão pública melhor e mais efetiva na Prefeitura".

A assessora especial destaca que a iniciativa tem caráter preventivo. "O desejo do Controlador Geral Lino Martins é de que, antes de a auditoria ser feita, possamos colaborar com a gestão do órgão, oferecendo subsídios e sugerindo mudanças em algumas etapas". Dessa forma, o potencial da auditoria vai aumentar, porque terá o conhecimento prévio sobre qual é o elo fraco de uma área antes de auditá-la.

» [Continua na página 7](#)



Perito analisa o mecanismo das fraudes

O número crescente de casos de fraudes envolvendo empresas e instituições em várias partes do mundo obriga os investigadores dessa área a conhecer o modus faciendi em que este tipo de crime é perpetrado. Livro de perito criminal tenta explicar o mecanismo de combate a fraudes por meio de uma análise psicológica e operacional.

» [Resenha na página 6](#)

EDITORIAL

Considerações sobre as parcerias público-privadas

Lino Martins da Silva

O mundo atravessa um período de grandes transformações no âmbito da demografia, da política, da economia, da tecnologia e das organizações. Mudanças em qualquer destas áreas exercem pressões sobre o setor público de forma avassaladora. No âmbito demográfico, o setor público experimenta a cada ano uma crescente demanda por serviços públicos, o que torna mais difícil a arte de governar. No aspecto político, os cidadãos estarão cada vez mais na defensiva demandando justificativas das ações do governo que, por sua vez, contará cada vez mais com impostos com destinação definida - como saúde, educação, etc e taxas específicas pelo exercício do poder de polícia - do que com impostos crescentes. No que tange ao aspecto econômico, observa-se que os usuários dos serviços (clientes externos e funcionários) estão mais aptos a decidir por conta própria. Isto resulta na falta de competitividade e leva as organizações a deixarem de ser alternativas de poupança e investimento.

A tecnologia, por sua vez, está a médio e em longo prazo transformando o modo como aprendemos, trabalhamos e governamos por intermédio da proliferação de recursos como terminais automáticos dos bancos, automóveis computadorizados, telefones celulares e a Internet. Cabe, assim, refletir a repercussão que, a médio e em longo prazo, tais avanços trarão para as organizações públicas, principalmente na maneira pela qual serviços são oferecidos, considerando a crescente habilidade para transferir eletronicamente informações para maior número de pessoas, tanto dentro como fora das organizações, que terão acesso facilitado a mais informações.



No âmbito organizacional, a limitação dos recursos de um lado e as pressões pelo aumento da oferta de serviços de outro forçarão os governos a encontrar caminhos para fazer mais com menos, tendo em vista que as organizações públicas não têm como crescer para ir ao encontro das necessidades públicas. Com os recursos limitados estas tenderão, em que pese algumas opiniões contrárias, a fomentar parcerias com o setor privado, decorrentes da necessidade de fornecer serviços e também de avançar.

Assim, já não é possível ao Estado ser responsável único pela prestação de determinados serviços, especialmente aqueles que escapam ao estrito cumprimento das suas obrigações no campo social. Nesse processo de transformação da administração pública (da fase patrimonialista e burocrática para a fase gerencial) constata-se que a desestatização fez com que o Estado ficasse menor e concentrado na prestação dos serviços sociais, atuando ainda como regulador da atividade econômica e comercial. Por outro lado, perdeu a capacidade de investimentos em áreas prioritárias. Por isso as organizações públicas do futuro serão diferentes das atuais. Desaparecerá o velho modelo de "silos" individuais, operando independentemente e fornecendo serviços relacionados a uma necessidade particular. As organizações deixarão de lado funções acessórias para mover-se na direção dos serviços compartilhados e de alianças colaborativas.

Nessa estrutura do futuro teremos um Estado com empreendimentos cooperativos. Nela, a participação de voluntários e os acordos entre as organizações públicas e o setor privado, ao contrário de competirem por recursos escassos, caminharão juntos para fornecer serviços mais eficazes e eficientes flexibilizando a linha divisória entre o "público" e o "privado". A ênfase estará no gerenciamento dos resultados, com o conseqüente abandono da cultura conservadora de hoje, que discute a forma como as organizações fornecem serviços. Será substituída por uma cultura de vanguarda, que questiona as necessidades dos cidadãos e sugere aquilo que o setor público precisa fazer para atender a tais necessidades.

ENTREVISTA

Ivani Fazenda
Professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)



Ivani Fazenda é doutora em Antropologia Cultural e mestre em Filosofia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, professora do Programa de Pós-Graduação em Educação na mesma instituição e na Universidade da Cidade de São Paulo. Também é professora colaboradora do Centre des Recherches Interdisciplinaires en Education (CRIE), da Universidade de Sherbrooke, no Canadá e titular de uma das cadeiras da Academia Paulista de Educação. É autora consagrada no campo de estudos da interdisciplinaridade, ao qual dedica-se há mais de duas décadas. *Interdisciplinaridade: qual o sentido?*, *Interdisciplinaridade, um projeto em parceria e Educação no Brasil anos 60* e *Pedagogia do Oprimido* são alguns dos livros publicados pela pesquisadora.

Pre\$tando Conta\$ - O que a levou a escolher o campo interdisciplinar como a sua área de estudo e de pesquisa? Alguma particularidade chamou a sua atenção?

Ivani Fazenda - Ao pesquisarmos e praticarmos a interdisciplinaridade na educação nos últimos vinte anos encontramos no Brasil o seguinte perfil de professor: os perdidos na profissão de professor, professores impedidos de revelarem seus talentos ocultos, professores anulados no desejo da pergunta, professores embotados na possibilidade de criação, professores prisioneiros de um tempo tarefeiro, professores reféns da melancolia, professores induzidos a cumprir o necessário e professores cegos pela beleza do supérfluo.

Pre\$tando Conta\$ - Como surge e como opera o Grupo de Estudos e Pesquisas da Interdisciplinaridade (GEPI) da PUC São Paulo?

Ivani Fazenda - O grupo surge em 1986 no programa de pós-graduação em currículo, que é um programa destinado a formar mestres e doutores e onde existe uma linha de pesquisa chamada interdisciplinaridade. Surge como um desafio de tornar o cotidiano dos professores em pesquisa, nasce com a possibilidade de pesquisar o cotidiano dos professores, o interior das escolas e das salas de aula.

Pre\$tando Conta\$ - Pode-se dizer que de modo geral nas universidades, hoje, existe a consciência da importância e da necessidade de ampliar as trocas interdisciplinares?

Ivani Fazenda - Nas universidades não. Mas já começam a aparecer alguns grupos dentro das universidades nos quais a consciência dessa importância e a necessidade de ampliação das trocas se faz necessária. Mas esses grupos encontram-se perdidos em como fazer o que é, ou seja, eles não sabem que já existe um campo de pesquisa amplo no mundo todo dessa questão da interdisciplinaridade. Então as universidades estão perdidas e os grupos têm chegado ao GEPI para perguntar o que é, como se pesquisa e como se faz.

Pre\$tando Conta\$ - Quais seriam exemplos a destacar - para o bem e para o mal?

Ivani Fazenda - Todos os exemplos são para o bem. Nós encontramos, em vinte anos de pesquisa, práticas intuitivas de estabelecer trocas e que às vezes não percebem a beleza que essas trocas conduzem. Encontramos em alguns lugares trocas planejadas, onde os projetos acontecem de uma forma muito bonita. Existe ainda um terceiro evento a se destacar: são as pessoas com formação em interdisciplinaridade bastante consistente, que já estão habilitadas a trabalhar com as emergências que aparecem no cotidiano e já adquiriram um poder de negociação muito grande.

Pre\$tando Conta\$ - Na sua opinião, qual seria o perfil de um professor interdisciplinar?

Ivani Fazenda - Em primeiro lugar, deve ser uma pessoa aberta para qualquer forma de conhecimento, uma pessoa não preconceituosa, uma pessoa disposta a estudar e audaciosa, capaz de querer transformar

o seu cotidiano num cotidiano alegre, de uma educação triste para uma educação onde todos possam conhecer de uma forma mais inteira.

Pre\$tando Conta\$ - Poderia identificar pontos fortes e importantes do conhecimento interdisciplinar para um profissional no exercício da sua função?

Ivani Fazenda - Sim. O ponto mais forte se baseia no fato de que o conhecimento interdisciplinar conduz-me a sempre duvidar do que eu conheço e me conduz sempre a procurar conhecer mais. Esta questão é fundamental: duvidar do conhecimento e procurar conhecer mais. Para um profissional no exercício de sua função, quando ele exerce o conhecimento interdisciplinar investe fundo em sua auto-estima e há uma valorização muito grande no "ser professor". Quando isto é valorizado, o fazer profissional se torna muito importante.

» [Continua](#)

ENTREVISTA

Ivani Fazenda
Professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Pre\$tando Conta\$ - Em relação ao ensino em universidades estrangeiras: a interdisciplinaridade é uma característica presente nos currículos de cursos no exterior?

Ivani Fazenda - Sim. Existem vários países onde a interdisciplinaridade é fundamental. O principal lugar onde isso acontece é no Canadá, na província do Québec. A escola pública do Québec já tem 15 anos de experiência nesse assunto e passou por uma transformação radical na educação. Outro exemplo é o da Alemanha: eles estão agora investigando as dificuldades dessa implantação há muito tempo. Na França, em muitas regiões este interesse pela interdisciplinaridade está acontecendo de uma forma muito interessante, como na Universidade de Tours, onde o professor Gaston Pineau trabalha com histórias de vida. Nos Estados Unidos, a Wayne State University, em Detroit, tem um projeto de educação interdisciplinar coordenado pela professora Julie Klein. Todas as universidades americanas filiam-se a este grande centro de investigações coordenado por Klein. No Canadá, o nome a destacar é Yves Lenoir, que congrega todos os pesquisadores que trabalham com as questões da interdisciplinaridade. Aqui no Brasil, o GEPI, da PUC São Paulo, é o centro de referência nas questões de interdisciplinaridade, um centro muito respeitado.

Pre\$tando Conta\$ - No exercício das profissões, e tomando como exemplo a área pública em geral, o que a Sra. sugeriria como conhecimento interdisciplinar indispensável?

Ivani Fazenda - Eu penso que o conhecimento interdisciplinar na área pública pode se dar não apenas na educação, mas em várias outras áreas. A Saúde, por exemplo, é uma área que nos tem procurado muito. A área Jurídica também, bem como a de Serviço Social. Essas três áreas têm nos procurado no sentido de responder às seguintes questões: como reconstruir histórias interrompidas, como estimular a alfabetização em linguagens novas, como recuperar a memória dos fatos, como valorizar a linguagem singular, como auxiliar na descoberta de talentos, como estimular a leitura das entrelinhas, como cuidar da leveza e beleza sem macular a crítica, como legitimar a autoria do outro sem ferir a própria, como acompanhar a lentidão da meta-morfose sem precipitar o desfecho e, ainda, como auxiliar na descoberta do melhor estilo...

Pre\$tando Conta\$ - E como a interdisciplinaridade pode auxiliar na construção do conhecimento no setor público?

Ivani Fazenda - Ela é uma questão importantíssima do ponto de vista político de reafirmação de qualquer cultura, da descoberta dos talentos adormecidos dessa cultura. A interdisciplinaridade serviria como um vetor que poderia fazer com que o povo conclamasse o setor público a sair da dormência em que está, verificar que cabe ao setor público tentar fazer coisas para que o conhecimento possa ser dinamizado de uma forma diferenciada. No Brasil, por exemplo, é importante criarmos procedimentos alternativos não só nas formas de pesquisar como nas de intervir e reafirmar a importância da palavra, pronunciada e executada, apoiarmo-nos no sentido do ser, no sentido de pertencer, para que possamos saber e

compreender o sentido do fazer. Para isso, acredito que o setor público deve investir em políticas públicas que não apenas dissertem, por exemplo, sobre a importância da educação continuada, mas ofereçam condições para transformar os professores também em pesquisadores. Só assim poderemos alterar aquele perfil de pesquisador que encontrei nas pesquisas e identifiquei na primeira resposta desta entrevista.

Convênio com Mestrado da Uerj institui vagas para técnicos da Controladoria Geral

Sustentada pela convicção de que investir em formação continuada é um dos melhores caminhos para o sucesso na profissão, a Controladoria Geral do Município assinou um convênio com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) que garante duas vagas no curso de Mestrado em Ciências Contábeis para os servidores da CGM.

Para concorrerem às vagas, os funcionários interessados deverão se submeter ao processo regular de exame de seleção dos candidatos. Os dois técnicos com melhor desempenho entre os alunos selecionados freqüentarão as aulas do Mestrado com o apoio da Controladoria. Os técnicos da CGM e outros dois alunos regulares do curso deverão apresentar, ao término do curso, dissertações cujo tema central esteja relacionado à área de contabilidade governamental. O convênio com a Uerj tem vigência inicial de dois anos.

O objetivo maior do acordo entre a Controladoria e o Mestrado é dar apoio técnico para a realização de estudos, pesquisas e outras atividades relacionadas com a formação acadêmica e intercâmbio técnico-científico. O texto do convênio, publicado no Diário Oficial do Município em janeiro de 2004, prevê o desenvolvimento de programas de cooperação técnica voltada para o estudo e a pesquisa de temas relativos à área governamental, em especial na esfera municipal, e nas áreas de finanças públicas, contabilidade e auditoria. O estabelecimento de parâmetros para avaliação de políticas públicas e a realização de eventos acadêmicos sobre temas pertinentes à área são outros destaques do documento.



A exigência de que no mínimo quatro dissertações tratem da área pública prevê a criação, no âmbito universitário, de massa crítica que permita o desenvolvimento de tecnologias e recursos voltados para o aperfeiçoamento da gestão pública. A cada trimestre, o Mestrado deverá apresentar um relatório com as atividades desenvolvidas no período pelos técnicos da Controladoria e, no final do curso, informar o aproveitamento dos servidores.

Na CGM, a Gerência de Recursos Humanos é responsável pela administração do convênio. Para Jorge Carvalho, gerente de RH, o convênio com a Uerj irá trazer benefícios para a Prefeitura do Rio: "Teremos profissionais mais preparados, atualizados com o conhecimento de ponta e desenvolvendo soluções próprias para o aprimoramento da gestão".

As linhas de pesquisa oferecidas pelo curso são Apuração e Registro Contábil e Planejamento e Controle Financeiro. Para os selecionados, as aulas começam no segundo semestre de 2004.

Os técnicos da Controladoria também poderão cursar uma pós-graduação lato sensu e stricto sensu em outras instituições. Editada no dia 30 de abril, a Resolução nº 534 regulamentou as atividades de

capacitação e desenvolvimento de recursos humanos da CGM. No documento estão listados os critérios para um funcionário ser liberado para a realização do curso. Anualmente, até 3% do quadro técnico em exercício na Controladoria ou nos subsistemas de auditoria e contabilidade poderão realizar a pós-graduação. Mas apenas um por cento do quantitativo de servidores do quadro poderá ter autorizado o afastamento do cargo para a modalidade de curso stricto sensu. Um Comitê de Capacitação foi criado para gerir todo o processo e prestar apoio administrativo durante a seleção dos candidatos.

ESTANTE

Uma análise psicológica das fraudes



Perícia e Investigação de Fraude - Uma análise psicológica e operacional da evidenciação de fraude
Fernando de Jesus
Goiânia: AB, 2000. 176 p

As fraudes corporativas têm sido, nos últimos dois anos, manchetes em jornais do mundo inteiro. Grandes empresas com imagem sólida e idônea passaram a protagonizar escândalos financeiros e contábeis, o que serviu para alertar outras instituições sobre a necessidade de adotar mecanismos preventivos.

Considerando tal contexto, o livro Perícia e investigação de fraude, do psicólogo e perito criminal federal Fernando de Jesus, faz uma análise psicológica e operacional para a evidenciação desses crimes. A intenção do autor é tornar mais rigoroso e eficaz o combate à investigação de fraudes, bem como apresentar possibilidades de prevenção.

O marco do livro é a procura por um método de raciocínio pericial e a identificação dos mecanismos psicológicos subjacentes em investigadores envolvidos com a apuração de fraudes. Com mestrado em Psicologia de Investigação na Universidade de Liverpool, na Inglaterra, Fernando de Jesus tenta interligar essa área à auditoria pericial. Para isso, relaciona alguns conceitos básicos de lógica que podem auxiliar peritos e auditores na elaboração de raciocínios lógico-periciais.

Ao longo do texto, o autor procura mostrar a importância das provas periciais para a decisão judicial. Ele afirma que os juízes podem desprezar as provas mas, "na busca da verdade, os juízes têm privilegiado a prova pericial sobrepondo-a a outras provas quando estas não contêm dados suficientes que assegurem a decisão racional". E conclui: "É uma demonstração clara de que decisões judiciais fundamentadas em laudos periciais sólidos se tornam, quase sempre, inatacáveis".

O livro mostra que a diferença da fraude ocorrida no Brasil em relação a outros países reside "na apuração dos dados estatísticos da ocorrência deste crime e na existência de uma repressão ainda muito tímida, estando-se longe de uma política de prevenção". Ele acrescenta que, no Brasil, "grande parte das investigações iniciais de denúncias de fraudes é realizada pelos meios de comunicação, sendo posteriormente acionados os órgãos fiscalizadores e policiais, perdendo-se muitas vezes a oportunidade de apreensão de provas materiais importantes para a evidenciação da fraude".

Após apontar as características que podem permitir a ocorrência de desvios numa empresa, o perito criminal lança a pergunta: "as fraudes podem ser prevenidas?". Para em seguida responder que não é possível eliminar as fraudes definitivamente, mas que se pode conseguir diminuir os riscos de ocorrência

"através do aumento de nossa conscientização sobre elas e através do conhecimento de certas práticas comuns de prevenção". O livro também explica os diferentes tipos de fraudes empresariais como, por exemplo, a subavaliação ou superavaliação de estoques e a omissão de compras e de vendas de mercadorias.

Com 176 páginas, Perícia e investigação de fraude está dividido em nove capítulos: a prova pericial; das provas e a sua importância jurídica; perícia contábil na falência e concordata; mecanismos subjacentes e formação de juízos; raciocínio, lógica e tomada de decisão pericial; a investigação lógica da verdade e sua relação com a evidenciação; fraudes; fraudes empresariais; legislação da prova documental. Em anexo, há a legislação aplicável ao perito, como a regulamentação da profissão contábil e as normas brasileiras de contabilidade sobre o assunto. A obra destina-se a acadêmicos de Ciências Contábeis, empresários, administra-dores, juízes, auditores, psicólogos e a todos que necessitam investigar ou adotar uma política preventiva em relação à ocorrência de fraudes.

"Olhando a prefeitura fazer" mapeia processos de secretarias

(Continuação da [página 1](#))

"O órgão não será obrigado a seguir o que sugerimos, mas é claro que no futuro, quando a Auditoria examinar o nosso trabalho, vai testar exatamente o elo fraco que relatamos. Vamos inserir o aspecto do controle dentro da gestão da própria secretaria", afirma.

O resultado desse trabalho dos grupos vai dar suporte à Auditoria Geral nas etapas de monitoramento e avaliação do ambiente, do risco e do controle das Secretarias examinadas. Solange Rebouças acredita que não é possível mapear todas as Secretarias da Prefeitura, já que um trabalho desse porte levaria anos. "Mesmo nas instituições selecionadas não conseguiremos mapear tudo porque nosso objetivo é concluir o trabalho em 2004. Por isso, vamos priorizar alguns macroprocessos".

A atividade dos grupos foi dividida em cinco etapas: organização e planejamento; levantamento e definições preliminares; mapeamento dos principais projetos; estudo das informações levantadas e elaboração do relatório final.

Cada equipe possui um gerente e, em média, quatro técnicos de controle interno treinados para a tarefa. Os gerentes se reúnem a cada semana com a coordenadora para discutir e apresentar relatórios com o material apurado, informações repassadas diretamente ao Controlador Geral.

O grupo gerenciado por Wagner de Castro Rosa tem por objetivo aprimorar o módulo de custos do Sistema de Informações Gerenciais baseado em processos da Secretaria de Saúde. As equipes coordenadas por Mônica Nascimento Magalhães, Luiz Francisco Barata Meirelles, Denise dos Santos Ferreira e Antonio César Lins Cavalcanti vão conhecer, respectivamente, os processos operacionais da Cet-Rio, da Comlurb, da Secretaria de Fazenda e da Procuradoria Geral. Antonio Cesar também coordena o grupo de estudo de controle e prevenção à realização de despesas/prévio empenho. A previsão é que o trabalho seja concluído mediante a apresentação de relatórios aos gestores das secretarias analisadas, contendo propostas de mudanças nas áreas que podem gerar mais auditorias.

Congresso de Gestão Pública apresenta serviços e sistemas municipais

Em evento que reuniu cerca de 1.400 pessoas de várias cidades e estados, a Controladoria Geral do Município (CGM) e a Empresa Municipal de Informática (IplanRio), juntamente com outras secretarias e empresas do município, tiveram a oportunidade de apresentar os principais trabalhos e ações que desenvolvem para a Prefeitura do Rio. O I Congresso de Gestão Pública Municipal - Governar é Preciso foi promovido pela Fundação João Goulart nos dias 10 e 11 de março em espaço alocado em um hotel da Zona Sul da cidade.

Vinte e um estandes fizeram parte da 1ª Expo-Gestão Pública. O evento serviu para a troca de informações,

o conhecimento de práticas e para a discussão de temas relativos à gestão pública e o seu contexto. Na sessão de abertura, o Prefeito Cesar Maia enfatizou que a questão principal não é modernizar a gestão pública e sim inová-la. "Os sistemas são importantes, mas o mais importante é a capacidade de gestão", disse. A intenção da Fundação João Goulart é realizar a segunda edição do Congresso ainda no final de 2004.

Para divulgar os seus produtos e serviços, a Controladoria e a IplanRio montaram estandes na área externa ao salão onde ocorreram as palestras. No espaço da CGM, os congressistas tiveram acesso a explicações sobre atividades que servem ao município como um todo.

O recém-lançado Sistema de Preços Máximos e Mínimos (SPMM), que acompanha os preços praticados pelos órgãos da administração municipal nos processos de aquisição de material ou de contratação de serviço, e o Sistema de Legislação (Sislegis), de consulta a legislações municipais, estaduais, federais ou da Câmara Municipal foram duas ações apresentadas. Também fizeram parte da exposição o Sistema de Informações Gerenciais (SIG), que permite ao administrador público monitorar dados continuamente e fazer ajustes caso seja necessário, e a matriz baseada em risco da Auditoria Geral, que avalia o risco apresentado por cada órgão para atingir sua meta final de gestão.

Os sistemas de Preços Máximos e Mínimos e o de Informações Gerenciais foram os mais procurados pelos visitantes. Segundo o coordenador de Recursos Humanos, Jorge Carvalho, "a Controladoria cumpriu o seu papel ao mostrar os instrumentos de controle disponíveis para garantir a transparência e a legalidade da gestão pública da cidade do Rio de Janeiro". Dessa forma, a CGM funcionaria como uma espécie de guardião dos recursos dos cidadãos.

Para Antonio Cesar Lins Cavalcanti, do gabinete do Controlador Geral, a exposição dos produtos das Secretarias permitiu maior visibilidade e intercâmbio entre os vários setores da Prefeitura. "Cada Secretaria tomou conhecimento da produção em vários campos". Os visitantes do estande da Controlaria Geral tiveram, ainda, a oportunidade de assistir a vídeo com palestras gravadas durante a 5ª Jornada Brasileira de Controle Interno (realizada em dezembro de 2003) e levar exemplares das publicações produzidas internamente: o informativo bimestral Prestando Contas, a revista-clipping Fraudes & Corrupção e os Cadernos da Controladoria.

Ao lado do espaço reservado à CGM funcionou o estande da IplanRio, empresa municipal vinculada à Controladoria. Ali foram apresentados alguns dos sistemas desenvolvidos para a administração municipal, como o portal da Prefeitura, o catálogo de programas sociais (sistema que reúne informações de todos os programas sociais do Município) e o Rio Fácil Fácil - totens pilotos montados em três subprefeituras e que oferecem acesso a serviços de vários setores da Prefeitura. "Na exposição e nas subprefeituras de Madureira, Campo Grande e Centro, o cidadão pode acessar serviços como a 2ª via do IPTU, o andamento de multas de trânsito, informações sobre postos de saúde, bibliotecas e teatros municipais, entre outros", informou Márcia Zamith, assessora da presidência da IplanRio.

[Expediente](#)

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

Prefeito: Cesar Maia

Vice-Prefeito: Marco Antonio Vales

Controladoria Geral do Município

Controlador Geral: Lino Martins da Silva

Sub-controlador: Vinícius Viana

Assessoria de Comunicação

Assessora: Sonia Virgínia Moreira

Pre\$tando Conta\$

Edição: Sonia Virgínia Moreira

Pauta: Graça Louzada

Redação: Graça Louzada e Aline Thomaz

Editoração: Inez Torres

Ilustração: Zope

Versão Online: Giovanni Vivacqua Menezes